

O NORTE

do

DISTRITO

QUINZENÁRIO de FIGUEIRO DOS VINHOS



Avença

Proprietário Dr Ernesto Lacerda

Orgão nacionalista, defensor dos concelhos do Norte do Distrito de Leiria

Director: Dr. Joaquim Alves Tomás Morgado

25 de Dezembro de 1968

Chefe da Redacção: Prof. A. Paula Santos

ANO XVI

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, COMP. E IMPR. OFICINAS GRÁFICAS DA MINERVA CENTRAL - FIGUEIRO DOS VINHOS - TELEFONE 7

N.º 384

Mensagem

de Natal e Ano Novo

Há poucos meses, ainda, foi o País abalado por profunda e dolorosa prova emocional que nos feriu no mais íntimo d'alma: a doença do Presidente Salazar — aquele Homem que, na frase justíssima do venerando Chefe do Estado, é um «Português inconfundível no pensamento e na acção e Benemérito da Pátria, por ele servida genialmente, com total e permanente dedicação durante mais de quarenta anos e que, para melhor a servir, de tudo abdicou, numa renúncia completa e única em toda a nossa História de mais de mais de oito séculos».

Foi, na verdade, um momento doloroso, um momento histórico aquele em que o Presidente da República, por circunstâncias penosíssimas, teve de substituir o insigne timoneiro da governação pública.

Habitados, de há muito, a vivermos naturalmente, pôde e soube o Chefe do Estado escolher, no seu alto, firme e esclarecido critério quem sucedesse ao Prof. Oliveira Salazar como Presidente do Ministério.

E a sua autorizada escolha recaiu na pessoa do Prof. Marcello Caetano — mestre e estadista respeitadíssimo, que ao País consagrava, de há muito, em diferentes circunstâncias, o seu talento, o seu saber e o seu patriotismo.

Escolha certa que o País aplaudiu e acarinhou, incondicionalmente.

«Por mim farei o possível, honestamente — afirmou o novo Chefe do Governo — por cumprir os deveres do cargo que o Chefe do Estado me confiou, e em cujo exercício, uma vez que o aceitei, me comprometi a colocar todas as minhas faculdades e todas as minhas energias. Conto, para levar a cabo tão árdua missão, com a colaboração da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, através das quais podem exprimir-se os legítimos anseios da Nação, anseios que o Governo está sempre desejoso de conhecer para lhes corresponder dentro das possibilidades de que dispuser.

Confio enfim no povo português na esperança de que saberá reconhecer o esforço que o Governo não deixará de realizar tenazmente, guiado pela recta intenção de bem o servir».

O voto de confiança que a Nação concedeu, sem hesitações, sem perturbações, sem retaliações e condicionalismos ao Prof. Marcello Caetano exprime a grandeza de um Povo, a sua perfeita cidadania, a sua plena consciência, livre e coesa, do que é o supremo interesse nacional.

À luz pulcra e sacratíssima do Presépio que, de novo, aquece os nossos corações cristãos e portugueses, unamos as nossas preces implorando a Deus a continuação da Paz e da exemplar convivência que une, em toda a parte, a bem numerosa e fraterna família lusitana, no anseio legítimo de que o ano próximo concretize, em toda a pujança, os votos formulados, na hora certa, pelos nossos supremos governantes.

N. P.

As curvas da Ribeira de Alge

A pouco e pouco vem sendo beneficiadas, corrigidas e alargadas algumas das curvas do troço da Estrada Nacional 236/1, de nominado Ribeira de Alge.

Quem de Figueiro segue para o Pontão depara com uma estrada de traçado antigo, sinuosa e acidentada, concebida muito antes de existir a viação automóvel, portanto sem a preocupação dos técnicos de conseguirem o escoamento de um tráfego intenso, e sem necessidade de considerarem o perigo das velocidades e a imprudência de muitos condutores.

A Direcção de Estradas de Leiria, muito tem feito para obviar a algumas das deficiências apontadas e, graças à sua acção sempre de louvar, foram eliminadas ou diminuídas consideravelmente as probabilidades de acidentes em que este troço tem sido fértil. Pedimos até licença para sugerir que, ao longo dele, fossem colocadas placas de sinalização com disticos de «ESTRADA DE MONTANHA» prevenindo os incautos dos perigos que lhe oferece.

chegou agora ao nosso conhecimento a notícia, que gostosamente registamos, de que vão ser corrigidas e alargadas as curvas do Vale de Tábuas.

O Sr. Engenheiro Alberto Zúquete, ilustre Director de Estradas do nosso distrito, que à frente do seu departamento tem desenvolvido acção meritória e notável, promoveu mais esta importante obra, não pelo valor material que representa, mas principalmente pela decisiva resolução do problema que há longos anos essas curvas vinham constituindo e onde vários acidentes se verificaram.

Oxalá, pois, que tão grande melhoramento tenha em breve o seu início e a sua plena realização.

José Pedro dos Santos

Por motivo de grave acidente de viação esteve hospitaliz do o Sr. José Pedro dos Santos, proprietário e antigo comerciante da nossa praça.

Felizmente tem experimentado sensíveis melhoras nos últimos dias.

Fazemos votos pelo seu completo restabelecimento.

Visado pela Comissão de Censura

Prioridade à Direita

O Código da Estrada sofre substancial alteração no seu artigo 8º Desde 1 de Janeiro que é forçoso termos presente os novos aspectos do referido artigo:

«A prioridade de passagem permite aos condutores que dela gozem, uma vez tomadas as indispensáveis precauções, não modificar a sua velocidade ou direcção e obriga todos os outros a abrandar ou a parar por forma a facultar-lhes passagem».

Convém agora saber quais são os condutores que «dela gozam», isto é, quem passa primeiro. Eis o que ficou legislado:

a) Os condutores que se apresentem pela direita nas praças, cruzamentos e entroncamentos, devendo, porém, respeitar as prioridades previstas nas alíneas seguintes;

b) Os condutores que transitarem pelas auto-estradas, em relação a todos os veículos que se apresentem nos respectivos ramais de acesso, incluindo os veículos e colunas indicados nas alíneas c) e d);

c) As ambulâncias e os veículos de bombeiros e da polícia, e de uma maneira geral, os que transportem, em serviço urgente, doentes ou feridos,

desde que assinalem adequadamente a sua marcha;

d) As colunas militares ou militarizadas, que devem, no entanto, adoptar as medidas necessárias para não embarçar o trânsito e para prevenir acidentes».

A nova legislação é perfeitamente clara quanto aos que sempre devem ceder passagem:

a) Os condutores que saiam de qualquer parque de estacionamento, prédio ou caminho particular;

b) Os condutores de velocípedes sem motor, de veículos de tracção animal e de animais, salvo perante os condutores na situação da alínea

A PÁGINA 3

BOAS FESTAS

Nesta quadra festiva tradicionalmente dedicada à família, em que os corações se unem mais uns aos outros, em todos os pontos do Globo se fazem preces para que haja paz entre os homens.

«O Norte do Distrito» aproveita esta oportunidade para cumprimentar os seus assinantes colaboradores e anunciantes

A todos deseja Festas Felizes e que o Ano Novo lhe concretize os seus desejos

ANTOLOGIA DE POETAS

A Minha Fé

Segue num passo fatigado e estreito

Ao longo da minha alma, o meu desejo

Calada esfinge, a olhar, nada mais vejo

Neste deserto enorme do meu peito.

Ave cativa que ao calor de um beijo

Tentasse erguer um vô mais perfeito

Meu sonho um dia foi em ruínas feito,

Quebrando as asas no audacioso adejo.

Porém em mim nem tudo é morto ainda

— Que o meu desejo não findou nem finda

Sem que se apague a febre em que me exalto

E dele um dia há de brotar por fim

Um novo sonho que há-de erguer-se em mim

E há-de ir mais longe e cada vez mais alto.

Oliva Guerra



EDITAL

Recenseamento Eleitoral

JOSÉ ABREU NUNES

Chefe da Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Figueiró dos Vinhos

FAZ SABER: nos termos e para os efeitos do art.º 10.º da Lei n.º 2015, de 28 de Maio de 1946, que as operações do recenseamento dos eleitores da **Assembleia Nacional** para o ano de 1969 terão início no dia 2 de Janeiro próximo futuro e terminarão em 15 de Março do mesmo ano.

Ao abrigo do disposto nos art.ºs 1.º e 2.º da citada lei:

São eleitores e, como tais recenseáveis:

1.º — Os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores ou emancipados, que saibam ler e escrever português;

2.º — Os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores ou emancipados que, embora não saibam ler e escrever, paguem ao Estado e corpos administrativos quantia não inferior a 100\$00, por algum ou alguns dos seguintes impostos: contribuição predial, contribuição industrial, imposto profissional e imposto de capitais;

3.º — Os cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores ou emancipados com as seguintes habilitações mínimas:

- Curso Geral dos liceus;
- Curso do magistério primário;
- Curso das escolas de belas-artistas;
- Curso do Conservatório Nacional ou do Conservatório de Música do Porto;
- Curso dos institutos industriais e comerciais.

4.º — Os cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores ou emancipados, que, sendo chefes de família, estejam nas demais condições fixadas nos n.ºs 1.º e 2.º.

Para os efeitos do disposto neste número, consideram-se chefes de família as mulheres viúvas, divorciadas, judicialmente separadas de pessoas e bens ou solteiras que vivam inteiramente sobre si.

5.º — Os cidadãos portugueses do sexo feminino que, sendo casados, saibam ler e escrever português e paguem de contribuição predial, por bens próprios ou comuns, quantia não inferior a 200\$00.

A prova de saber ler e escrever faz-se:

- Pela exibição de diploma de exame público, feita perante a comissão que funcionará na sede da respectiva Junta de Freguesia;
- Por requerimento escrito e assinado pelo próprio, com reconhecimento notarial da letra e assinatura;
- Por requerimento escrito, lido e assinado pelo próprio perante a comissão referida na alínea a), desde que no mesmo requerimento assim seja atestado, com a autenticação por meio de selo branco ou a tinta de óleo da Junta de Freguesia;
- Pela respectiva declaração dos mapas enviados pelas repartições ou serviços a que se refere o art.º 13.º da citada Lei.

A prova do pagamento referido nos n.ºs 2.º, 4.º e 5.º faz-se:

- Pela exibição, perante a comissão de freguesia, dos conhecimentos respectivos, cujos números ficarão anotados no verbete ou processo individual do eleitor;
- Pela inclusão no mapa enviado pelo chefe da repartição de finanças.

Ao marido se levarão em conta os impostos correspondentes aos bens da mulher, posto que entre eles não haja comunhão de bens, e aos pais os impostos correspondentes aos bens dos FILHOS MENORES a seu cargo.

A prova das habilitações referidas no n.º 3.º faz-se:

Pela exibição do diploma de curso, da certidão ou da pública-forma respectiva, perante a comissão de freguesia, ou pela declaração respectiva nos mapas enviados pelas repartições ou serviços mencionados no art.º 13.º da citada Lei.

Não podem ser eleitores

- Os que não estejam no gozo dos seus direitos civis e políticos;
- Os interditos por sentença com trânsito em julgado e os notoriamente reconhecidos como dementes embora não estejam interditos por sentença;
- Os falidos ou insolventes, enquanto não forem reabilitados;
- Os pronunciados definitivamente e os que tiverem sido condenados criminalmente por sentença com trânsito em julgado, enquanto não houver sido expiada a respectiva pena e ainda que gozem de liberdade condicional;
- Os indigentes e, especialmente, os que estejam internados em asilos de beneficência;
- Os que tenham adquirido a nacionalidade portuguesa, por naturalização ou casamento, há menos de 5 anos;
- Os que professem ideias contrárias à existência de Portugal como estado independente e à disciplina social;
- Os que notoriamente careçam de idoneidade moral.

Todos os cidadãos com direito a voto poderão requerer a sua inscrição no recenseamento ao Presidente da Comissão Recenseadora, por intermédio das Comissões de Freguesia, e deverão mencionar, além do nome, o dia do nascimento, filiação, estado, profissão, habilitações literárias e morada.

Para constar se publica o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares do estilo.

Paços do Concelho, 23 de Dezembro de 1968.

O Chefe da Secretaria,

José Abreu Nunes

Prioridade à Direita

anterior». e, conforme o que antes ficou já transcrito, todos os condutores — sem excepção — que se apresentem nos ramais de acesso às auto-estradas, em relação aos que nas auto-estradas circulam.

Como era óbvio, o novo artigo 8.º do Código da Estrada torna expresso que «estas regras de prioridade são aplicáveis sempre que não exista sinalização especial que defina outro modo de proceder». Significa tal que haverá que dispensar redobrada atenção à sinalização — à existente e à que a Junta Autónoma das Estradas vai, certa e urgentemente, proceder nas estradas, bem como os Municípios nos centros urbanos.

Parece ainda conveniente lembrar aos nossos leitores — com os votos de que nunca mais, tal lhes seja lembrado — que a contravenção das disposições, referidas, do Art.º 8 do Código da Estrada será punida com a multa de 300\$ e como é considerada «manobra perigosa» implica, simultaneamente, apreensão da carta de condução.

Terminamos por recordar

que a entrada em vigor desta nova legislação se deve a uma necessidade de actualização ao âmbito europeu, consequência de conclusões estabelecidas pela conferência Europeia dos Ministros de Transportes (Comunicações) e pela Comissão Económica para a Europa, a que o nosso país aderiu e, portanto, se obrigou a pôr em execução.

(Prevenção Rodoviária Portuguesa)

Demonstração de Máquinas Agrícolas

Com vista ao apetrechamento do Parque de máquinas agrícolas da Cooperativa Agrícola em Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera, S. C. R. L., serão efectuadas mais algumas demonstrações nos dias 18 e 19 do corrente mês, com máquinas idênticas e algumas diferentes das já empregadas.

PELA REDACÇÃO

Domingos Barreiros Duarte

Recebemos com muito prazer a visita do brioso universitário e futuro médico Sr. Domingos Barreiros Duarte.

José da Conceição Santos

Cumprimentámos nesta casa o nosso amigo e conterrâneo Sr. José da Conceição Santos, digno gerente da Fábrica A'lvares Pinto, L.da de Tomar.

Manuel Nunes das Neves

Deu-nos o prazer da sua visita o Sr. Manuel Nunes das Neves, considerado construtor civil em Lisboa.

Joaquim David de Jesus

Visitou-nos na Redacção o nosso prezado assinante Sr. Joaquim David de Jesus oficial de Diligências desta Comarca.

Para todos vão os nossos sinceros agradecimentos.

União Nacional

a da continuidade e a da evolução, e marcou, sem alardes ou exageros de qualquer espécie, a directriz do organismo político que Salazar, a que ele continua a presidir, há muitos anos, lhe traçou e é, na verdade, a que convém à Nação.

No seu discurso, o vice-presidente da Comissão Central, dr. Albino dos Reis, acentuou que a União Nacional não é um partido e que «fazer justiça aos serviços prestados, poupar a sensibilidade das pessoas e proceder por forma que as virtudes da nossa causa se não tornem anti-páticas por culpa dos homens» é apanágio da União Nacional. Assim é, com efeito.

A. de Freitas

Propriedades

VENDEM-SE

À Cruz de Ferro:

Junto à estrada de Arega Terreno com mato pinheiros e eucaliptos.

Ao Covão dos Bispos:

Terreno com mato e eucaliptos.

Trata o Advogado Dr. J. Alves Morgado ou a proprietária Senhora D. Maria Assunção Nunes Agria Diniz de Carvalho.

Agência Central de Contabilidade

em Figueiró dos Vinhos

A cargo de António da Conceição Campos

Equipada com Técnicos de Contas inscritos na D.G.C.I. e sistema mecanizado.

Executa toda a escrita comercial ou industrial.

BONS FRANGOS AOS MELHORES
PREÇOS DO MERCADO SÒ NO

AVIÁRIO FIDALGO

TELEF. 163 (AVELAR)

Figueiró dos Vinhos

ALMOFALA DE BAIXO

TERRABELA-HOTEL

UM DOS MELHORES DA PROVÍNCIA

INSTALAÇÕES MODERNAS

BAR — CAFE — RESTAURANTE — BILHARES

Serviços de Casamentos e Baptizados

PREÇOS ESPECIAIS

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Telefone PBX-50

O MELHOR PÃO-DE-LO

É O DA

CONFÉITARIA Santa Luzia

DE A. C. Campos

TELEFONE 192

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Stand de automóveis e Camions

EM

Figueiró dos Vinhos

DE

Barreiros (Irmãos), L. da

Vendedores autorizados dos carros VOLKSWAGEN e camions BARREIROS e DODGE

Automoveis usados de todas as marcas com garantia

Oficina de reparações em automóveis

Compra, venda e troca de automóveis

Carros de aluguer

Telefone 184

Apartado 12

Luis Frias Fernandes

Médico

DOENÇAS DAS CRIANÇAS — CLÍNICA GERAL

TELEFONE 34

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Manuel Alves da Piedade

Médico

CLINICA GERAL

Telefone 98

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

MARIA AMÉLIA DOS SANTOS ALVES

MÉDICA

Doenças da boca e dentes

Consultas às 2.ª, 4.ª e sábados das 9 às 12 horas e 5.ª e sábados das 15 às 18 horas.

Telefone

FIGUEIRO DOS VINHOS

Transporte de Mercadorias

Furgoneta de Aluguer

DE

José Velhada Assunção

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

MUDANÇAS

TRANSPORTE AO QUILÓMETRO

SERVIÇO PERMANENTE

NA PRAÇA OU TELEFONE 42453

AGRICULTURA LUTUOSA

Regressado da reunião da O. C. D. E. em Paris, o Secretário de Estado da Agricultura, Sr. Prof. Eng.ª Victória Pires, relatou aos órgãos da Informação algumas das recomendações subscritas pelos Ministros participantes.

Assim, foi posto em relevo que o sector agrícola atravessa nos países mais ricos e evoluídos um período de grande dinamismo. O progresso tecnológico é cada vez mais rápido, os métodos de produção tornam-se mais racionais, a percentagem da população activa empregada na agricultura não cessa de diminuir e vai sendo compensada pela utilização de capitais investidos em ritmo crescente.

A população agrícola é forçada a sofrer adaptações importantes que põem por vezes aos respectivos governos problemas sociais difíceis. Não obstante tudo isto, a questão dos fracos rendimentos do agricultor está longe de se considerar solucionada. Mas o aumento da produção para além da sua procura verificada nesses países não pode atribuir-se unicamente à evolução da tecnologia, pois ele é também consequência da garantia dos preços, que em muitos casos são estabelecidos a nível demasiado elevado e concedido indistintamente a todos os produtores, independentemente das quantidades que obtêm e do facto de a exploração dever ou não ser considerada como marginal.

A tendência para, em resultado desses factos, se dispor de excedentes, tem conduzido alguns Governos a um emprego excessivo dos auxílios à exportação e de restrições à importação, com prejuízo nítido para outros membros da organização. Por tal motivo, o problema dos excedentes agrícolas foi largamente abordado na reunião, no sentido de se proporem recomendações tendentes a atenuar-lhe, a curto e a médio prazo, as suas consequências nefastas e a obter, a longo prazo, soluções mais eficazes e duradouras. Esse o tema principal da declaração do secretário de Estado da Agricultura dos Estados Unidos, sr. Freeman.

Affligido muitos dos países membros da O. C. D. E., o problema dos excedentes agrícolas não nos atinge, no entanto, a nós, neste momento, à dimensão preocupante de outras nações. Existem, efectivamente, em várias nações, e com carácter permanente, grandes excedentes, por exemplo, de cereais, de laticínios e de certas frutas, mas nós não estamos incluídos nesse grupo.

A fim de se avaliar a acuidade

Agradecimento

Ana Simões Tomás
(Almofala de Baixo)

Henrique Tomás; António Marques Boavida; Lídia Simões Tomás Boavida e Hermite Simões Tomás, não desejando cometer qualquer falta motivada por ausência ou deficiência de endereços, vem por este meio agradecer reconhecidamente a todas as pessoas que durante a doença de sua saudosa esposa e mãe se interessaram pelo seu estado e bem assim a todos aqueles que a acompanharam à última morada.

A todos manifestam o seu mais sincero agradecimento.

de da situação, bastará citar que, só no referente à manteiga, os países do Mercado Comum têm presentemente um «Stock» de 300 000 toneladas imobilizado nos frigoríficos, cabendo à França metade desse total.

Outrotanto, não poderá dizer-se em matéria de carências e há um ponto no qual alinhamos com a minoria — o da insuficiente produção de carne de bovino, para satisfazer a procura interna. Não é fácil resolver o problema satisfatoriamente com rapidez; todos conhecem as dificuldades de ordem técnica a vencer. Todavia — sublinhou o sr. prof. Victória Pires —, as medidas tomadas nos últimos anos, no nosso país, com vista a incrementar as culturas forrageiras e a produção animal, começaram já a dar os seus frutos e constituirão, obviamente, uma achega da maior importância para se encontrar solução num prazo que o Governo espera seja o mais curto possível.

Um outro ponto que preocupou comitê dos ministros foi o papel que a agricultura terá de desempenhar no crescimento dos países membros da O. D. E. situados no Sul da Europa. Como é evidente, o acréscimo de rendimento agrícola não pode ser assegurado somente pela intensificação e expansão da produção, salientou-se nas sessões que os Governos deverão dedicar especial atenção ao aperfeiçoamento das estruturas e procurar extinguir os auxílios à exportação. Disse-se textualmente que a diminuição da população agrícola, bem como a redução do número de explorações e o aumento da sua área são condições que devem continuar a verificar-se tão rapidamente quanto as condições sociais, demográficas e económicas dos respectivos países o permitam. Estes ajustamentos podem ser facilitados por medidas que estabeleçam distinção entre as necessidades internas às pequenas explorações não viáveis e as que respeitam às explorações susceptíveis de se orientarem segundo bases comerciais modernas.

Mais uma conclusão foi a de que a situação dos rendimentos agrícolas não deixará de piorar nas nações onde se levantarem eventuais obstáculos à redução da população empregada na agricultura.

Ainda no que se refere ao caso dos países incluídos, como o nosso, no grupo dos que se situam na Europa meridional, não ficaram dúvidas sobre a circunstância de que o crescimento do sector agrícola e a sua integração progressiva nas respectivas economias nacionais deverão constituir o objectivo essencial a qual não poderá deixar de imprimir-se uma acção estimulante apropriada. Esses países terão no entanto de fazer face aos seguintes problemas fundamentais: ajustar a oferta à procura e melhorar as estruturas, a produtividade e o rendimento dos agricultores. Em primeiro lugar, há que ajustar a estrutura da produção às tendências do consumo e daí uma relativa redução da área dedicada aos cereais panificáveis e um aumento da produção forrageira e animal. Simultaneamente, teme-se que em nações como Portugal venham a aumentar as dificuldades derivadas da saturação dos mercados para onde tradicionalmente têm sido exportados produtos agrícolas, dificuldades provenientes

Albertina da Conceição Manata

Depois de algumas semanas de doloroso sofrimento, mas um tanto inesperadamente faleceu nesta vila no dia 22 do mês corrente a Sr.ª D. Albertina da Conceição Manata que era casada com o Sr. José da Silva Flora.

A saudosa extinta que era muito estimada pela sua bondade era mãe da menina Maria Helena Manata zelosa empregada da Escola Secundária, e do Sr. Aníbal da Silva Manata residente no Brasil.

O funeral que teve lugar no dia seguinte para o cemitério municipal foi muito concorrido nele se incorporando pessoas de todas as categorias sociais.

A família de luto apresenta-mos sentidos pésamos.

Manuel Lopes Boavida

Na sua residência em Almofala de Baixo faleceu no dia 23 do corrente mês o Sr. Manuel Lopes Boavida natural de Abruñeira, considerado proprietário da freguesia de Aguda.

O saudoso falecido completaria 68 anos no dia em que foi a enterrar.

Dotado das melhores qualidades de carácter nunca soube dizer não, quando o seu préstimo era solicitado.

Deixa viúva a Sr.ª D. Josefa de Jesus Boavida e era pai do nosso amigo Sr. António Marques Boavida, conceituado industrial, casado com a Sr.ª D. Lídia Simões Tomás Boavida e avô dos estudantes menina Nelma Cristina e Arménio António Marques Tomás Boavida.

No préstito fúnebre que teve lugar no dia seguinte para o cemitério de Aguda, incorporaram-se pessoas de todas as categorias sociais, vindas dos mais diversos pontos da região, numa indelével afirmação de quanto o extinto era estimado.

«O Norte do Distrito» apresenta a toda a família de luto a sincera expressão do seu pesar.

Leia e divulgue este Jornal

ainda das restrições à importação importação impostas por alguns dos países mais industrializados.

Outros dois aspectos a que se deu relevo na reunião: revelou ainda o secretário de Estado da Agricultura foram a necessidade de incrementar nos países mediterrânicos as diversas formas de associativismo dos agricultores incluindo a agricultura de grupo, e o aperfeiçoamento dos circuitos de comercialização.

Afirmou a terminar: «Ora as reuniões deste género e os relatórios da O. C. D. E. constituem precisamente elementos do maior valor para permitir aos Governos das nações membros orientar, com probabilidade de êxito as políticas agrícolas. As providências já tomadas entre nós nos últimos anos coincidem exactamente com as recomendações da organização e isso mesmo tivemos oportunidade de informar e pôr em relevo na reunião».

A nova Comissão Executiva da União Nacional em funções

Despertou verdadeiro interesse em toda a Nação a recente nomeação da nova Comissão Executiva da União Nacional, a que preside o dr. José Guilherme de Melo e Castro e que traz nova seiva àquele organismo político. O acto de posse dos respectivos membros, efectuado há dias, pretextou notáveis afirmações a que a Imprensa portuguesa deu merecido e devido relevo. Ficámos a saber, sem margens para dúvidas, e que a União Nacional, cujo significado político é desnecessário acentuar, se propõe fazer no vasto campo em que lhe compete actuar. Pelas figuras que integram a nova Comissão Executiva, estamos certos de que a acção dos novos dirigentes vai ser de molde a satisfazer as legítimas aspirações do País em matéria de orientação política.

No seu discurso, o presidente empossado, detentor de considerável experiência das realidades políticas, disse que, «como sentimos viva, no País, uma interpretação da nossa missão um desejo de que, na acção deste organismo, se acentuem as suas atribuições políticas de «congregação, participação e integração», pela participação que nunca é unívoca, aspirados de que o lema possa ser vivido por todos, na voz que cada um prefere, quanto ao transitório, mas com união quanto ao essencial: «Todos não somos de mais.» Aludindo ao «que já se deve, em menos de três meses, ao Governo do dr. Marcello Caetano: a Previdência Social ampliada aos rurais, muito em si, mas também sinal de que não está longe um sistema de segurança social; melhoria dos vencimentos dos professores primários, sinal de que se deseja colocar todos os funcionários, logo que as finanças o permitam, em condições de o serviço público deixar de ser sacrifício demasiado, além do especial significado desta profissão que tem nas suas mãos algo de extrema delicadeza, a elementar educação; providências introdutórias de simplificação burocrática e coordenação de actividade legislativa, sinal de que está em preparação uma reforma administrativa profunda e extensa, desde os centros coordenadores das decisões governamentais até ao estatuto da função pública; supressão da homologação excessivamente tutelar às direcções

José Carlos da Silva Portela

Terminou a sua comissão ao serviço da Pátria, na Província de Moçambique, o nosso prezado conterrâneo Sr. José Carlos e Silva Portela, distinto Alferes Miliciano.

Durante dois anos que operou ao norte daquela possessão portuguesa, evidenciou grande conduta militar, pelo que foi louvado e proposto para uma condecoração.

No seu regresso à vida civil continua a residir em Moçambique, estando já nomeado para oficial do Quadro Técnico de Alfândega de Nacála.

Ao Sr. Silva Portela que é nosso dedicado assinante desejamos muitas felicidades extensivas a seus pais.

sindicais depois de eleitas, voto a todas as mulheres, quer dizer, a todos os alfabetizados, fruto dos progressos, desde 1952, na educação de base; os trabalhos em curso de preparação de uma lei de Imprensa», observou, avidamente, que «estes últimos sinais mostram que uma política realista de participação está em marcha.»

Deveras oportunas, também, as palavras do dr. Melo e Castro acerca de significado da democracia real e do acesso político de novas gerações. Observando a propósito, que «precipitar uma evolução seria fazer deflagrar uma revolução», disse que «hão de esperar-se os que quiserem vir, e vir convencidos mais por factos do que por fórmulas». O discurso do presidente da nova Comissão Executiva da União Nacional baseou-se na exposição de que entende pela política sa,

A PAGINA 3

Alindemos Figueiró

Os anos de 1967 e 68, foram para Figueiró os anos das obras subterrâneas. Isto, equivale a dizer-se que tivemos as nossas ruas quase intransitáveis, por motivo das numerosas valas e buracos que os trabalhos não podiam dispensar.

Tudo nos faz crer que a próxima primavera de 1969 termine com esse flagelo por largos anos, uma vez que os materiais agora empregados em águas, esgotos e telefones têm duração prevista para dezenas de anos.

Depois da casa arrumada justo é esperar que o público em geral colabore com as autoridades a fim de se conseguir para a nossa vila um permanente aspecto airado, de harmonia com os seus pergaminhos de estância de turismo e repouso de fidalga hospitalidade.

Torna-se indispensável que se acabe com as ervas de palmo, lixos abandonados e materiais de construção depositados na via pública.

Temos ouvido algumas vezes da boca do actual responsável da administração municipal as palavras de ordem que muito nos agradam: «vamos limpar esta vila e alindemos Figueiró», mas nem sempre observamos o cumprimento dessa ordem e com bastante pesar o dizemos.

Ser-nos-ia muito agradável constatar a existência de uma colaboração de todos no alindamento da nossa terra, começando pela limpeza e acabando pela ornamentação das janelas sacadas, discretamente floridas à portuguesa.

Muito há a fazer por esta terra de sonho, onde a colaboração de todos é indispensável.

Quem algum dia passou por Abrantes, melhor poderá avaliar quanto é válida a iniciativa particular na beleza das povoações, sejam elas cidades, vilas ou aldeias.

A natureza dotou Figueiró com excepcionais belezas.

A todos os Figueiroenses, sem excepção, compete conservar e moldar o melhor possível o seu ambiente para tornar cada vez mais bela esta princesa da Serra.